

BNCC E A ROTINA ESCOLAR: UMA ANÁLISE SOBRE AS ALTERAÇÕES, DESAFIOS E IMPACTOS DO NOVO ENSINO MÉDIO

Ítalo Costa Vaz Santana

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Reginaldo Santos Pereira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

RESUMO: O espaço se modifica ao longo dos anos, devido a diversos fatores, como os interesses do sistema capitalista, os pensamentos filosóficos e as necessidades que a própria sociedade emprega. De igual modo, as políticas públicas para educação e a formulação de novos currículos se inserem neste contexto de mudanças, revelando a necessidade de alterações, adaptações e atualizações para englobar, de modo mais democrático os anseios da sociedade. Pensar as alterações das políticas e práticas curriculares revelam a atuação do Estado como regulador dos sistemas de ensino e também as relações de saber e poder que se articulam. Este artigo é resultado de um projeto de dissertação de mestrado que objetiva analisar quais são os impactos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a implantação do Novo Ensino Médio em um município do território de identidade do Baixo-Sul, no estado da Bahia. Com a pesquisa, intencionamos trazer para o debate e reflexão as alterações das políticas curriculares, os impactos e desafios para gestão escolar, o trabalho pedagógico docente, bem como a rotina escolar das escolas de Ensino Médio.

Palavras-chave: BNCC. Currículo. Ensino Médio.

Introdução

A sociedade conquistou novos horizontes nos últimos séculos, sobretudo, influenciada por pensamentos filosóficos, revoluções industriais e evolução da ciência. Novas discussões e entendimentos sobre o ser, o outro, a sociedade e o mundo refletem que o espaço em que vivemos não é algo estático, isento de modificações. Muito pelo contrário, habitamos um mundo em constante transformação e que nos obriga a se adaptar para acompanhar as mudanças que ocorreram através dos anos. A educação também passou por alterações e, para adequar-se à nova conjuntura do período histórico-social em que ela se insere, o processo de ensinar, aprender e construir conhecimentos também foi reformula.

Reis (2012) nos informa que no Brasil, assim como no mundo, a educação possui marcas de reformas, alterações e novas reorganizações em todas as esferas da administração pública, seja federal, estadual ou municipal, que contribuem ainda para as mudanças de conteúdos e metodologias que serão empregadas no ensino. De mesmo modo, Durkheim (2011) expõe como a educação vem sendo alterada com o tempo, com o meio e a serviço da sociedade. Desde as cidades gregas ou latinas, em Roma, na Idade Média ou Renascença, a educação sempre foi

formulada com as características do período em questão, com caráter literário, científico, cristão ou voltado para a glória militar. Para o autor, todas essas transformações, ocorridas em diferentes períodos históricos contribuíram para a construção da educação atual, já que os costumes e ideias são um produto da sociedade e que refletem a sua necessidade, além de ser um fruto das gerações passadas. Assim, na educação “[...] está gravada toda a nossa história e mesmo a história dos povos que nos precederam” (DURKHEIM, 2011, p. 48).

Paralelamente à educação, o currículo também passa por reformulações sendo adaptado às novas características educacionais do momento histórico de sua construção. Se a sociedade está em constante reestruturação e mudanças, um currículo atualizado e reformulado é necessário para que essas alterações sejam refletidas na educação. É necessário, também, conhecer e compreender a questão do currículo e sua importância na formação de estudantes no ensino regular. Portanto, é evidente que essas questões relacionadas ao tema se tornaram cada vez mais comuns nas discussões, tanto no âmbito político quanto educacional e acadêmico.

Lopes e Macedo (2011), por exemplo, dialogam sobre a dificuldade de responder à pergunta “o que é currículo?”. As autoras informam que as discussões sobre o assunto propõem diversos significados e respostas ao questionamento. Compreender o currículo torna-se cada vez mais complexo, visto que o mesmo estabelece relações fundamentais no sistema educacional. Seja com valorização do tecnicismo para suprir demandas do sistema capitalista industrial, ou progressista na abordagem da escola como um meio de diminuição das desigualdades sociais, o currículo, igualmente à educação, navega nos mesmos percursos históricos, adaptando-se as realidades e necessidades da sociedade.

Nesse sentido, surgem inquietações a respeito das alterações curriculares nas redes públicas de ensino e o impacto que tais reestruturações podem trazer às práticas escolares. Como pontuado, a sociedade e a educação passam por modificações para atender as questões específicas de períodos históricos, e com o currículo não é diferente, pois está intimamente conectado com as práticas pedagógicas e as políticas públicas para a educação.

É fundamental compreender que a reorganização curricular que hoje encontra-se em construção nos estados e municípios teve início com a tramitação da Medida Provisória nº 746/2016, que em rápida tramitação pelo Congresso Nacional – Câmara de Deputados e Senado Federal, com poucas alterações, foi aprovada como Lei nº 13.415/17, popularizada como a Lei do Novo Ensino Médio. A reforma do Ensino Médio apresentou a previsão de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já sinalizada na Constituição Federal de 1988, na Lei Nº 9.394/96 (LDB) de 1996, nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica e, também, na Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Como previsto no Artigo 35-A da

Lei 9.394/1996, caberá a BNCC definir “direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio”. Instituída através da Portaria 1.570/2017, de 20 de dezembro de 2017, a BNCC apresenta competências e habilidades com o intuito de assegurar a aprendizagem a todos os estudantes do ensino regular. Posteriormente, vamos acompanhar a aprovação da Resolução MEC nº 3, de 21 de novembro de 2018 que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares na organização curricular, tendo em vista as alterações introduzidas na Lei no 9.394/1996 (LDB) e pela Lei no 13.415/2017.

Seguindo uma agenda global para a educação, como declara Hypolito (2019), a BNCC foi postulada por organismos internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com apoio de entidades públicas, como a União dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME), e por empresas privadas e do terceiros setor, como o Grupo Roberto Marinho, Fundação Lemann e Banco Itaú. Desse modo, “a defesa de uma base comum para o currículo foi reativada pelo Ministério da Educação (MEC) no Brasil, em 2009 [...]” (CUNHA; LOPES, 2017, p. 24). Em contrapartida, como Macedo (2019) nos informa, a virada conservadora que o assola o país desde a deslegitimação de um governo eleito democraticamente, que culminou no processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff e posterior eleição do atual governo, os debates sobre a BNCC foram, de certa forma, esquecidos pela gestão em curso.

Nessa perspectiva,

A briga atual dos conservadores tem sido pela deslegitimação da escola como espaço público de formação e socialização. Se o ensino domiciliar foi a primeira bandeira, é importante lembrar que as bancadas pentecostais no Congresso Nacional, assim como o Movimento Escola sem Partido, foram importantes vozes contra a elaboração de uma Base. O argumento, à época, era de que ela consolidaria a intervenção do Estado na formação, negando à família o direito de educar suas crianças e seus adolescentes (MACEDO, 2019, p. 44).

O esquecimento da implantação da BNCC pelo governo Bolsonaro é refletido, ainda, nas prioridades para os 100 primeiros dias de governo. Das 35 prioridades, “[...] apenas a criação de um programa de alfabetização foi apresentada pelo MEC, sem menção à BNCC em si ou em sua relação com o referido programa” (MACEDO, 2019, p. 44). Em 2021, com a eleição da nova presidência do parlamento brasileiro, novamente, por coincidência (ou não), das prioridades do governo para o ano, apenas o Projeto de Lei 2.401/19, que regulamenta a

educação domiciliar no país, aparece como prioridade, também, sem nenhuma referência à BNCC.

A construção da BNCC irá apresentar propostas com o foco no desenvolvimento do discente, tornando-o protagonistas no processo de escolarização. Segundo o Parecer nº 05/2011 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB), a BNCC traz para a discussão a necessidade da escola em reduzir as desigualdades sociais e ampliar a inclusão social com ciência, cultura, tecnologia e trabalho. Para isso, apresenta ao estudante a importância da construção de projetos de vida, levando em consideração seus percursos e histórias, mas o contexto de desigualdades sociais, econômicas e educacionais do país colocam essa proposição em contradições.

A BNCC intenciona proporcionar para a realidade escolar novos componentes curriculares, como o próprio projeto de vida, que dialoga ainda com a cidadania. Discursivamente, argumenta estar compromissada com a educação integral e expõe ainda novas alterações, como a instituição de itinerários formativos e aumento de carga horária escolar. De outro lado, incorpora novas disciplinas, reduz carga horária das “disciplinas comuns” (como Geografia, Matemática, Língua Portuguesa) e flexibiliza em alguns pontos o processo de elaboração curricular, com vistas a permitir que o novo currículo apresente relevância para o contexto local das unidades de ensino. Assim, tal reformulação desafia, principalmente, as unidades de ensino espalhadas pelo país, pois exige reorganização, planejamento e aplicação da nova matriz curricular, considerando ainda as diferenças regionais das localidades na qual será aplicada.

Apesar das discussões apresentarem amplas possibilidades de estudos, é fundamental centralizar os debates na dinâmica escolar e buscar compreender os impactos que a reformulação trará, principalmente, na rotina escolar para docentes, discentes e gestão escolar, principalmente no contexto de mudanças com inclusão de componentes curriculares em que os docentes não possuem formação específica.

Tais reflexões fazem surgir um questionamento central que embasa nossa investigação: Qual o impacto da BNCC na rotina escolar, nas práticas docentes e na gestão do Ensino Médio? Assim, é fundamental entender como os professores irão lecionar e instigar os discentes a formularem, por exemplo, seus projetos de vida sem que haja uma formação docente específica. Os questionamentos ainda se repetem sobre os novos componentes curriculares e aos itinerários formativos criados nessa nova formulação do Ensino Médio. Ademais, como citado, as disciplinas como Geografia, Matemática, Língua Portuguesa, Biologia, etc. passam a atuar com horas aulas reduzidas para adaptar os novos componentes curriculares e, dessa forma, surgem

outros questionamentos secundários: Como ocorrerão as alterações de conteúdos em decorrência da nova elaboração curricular? Quais os impactos dessa reestruturação na programação escolar docente? Quais são os desafios para gestão pedagógica e rotina escolar para implementação da BNCC?

Portanto, consideramos que o currículo imprime na rotina de uma escola novas características e perspectivas propagadas através das relações de poder no âmbito educacional. Assim, é fundamental que seja discutido no âmbito das unidades escolares, ouvindo os professores, alunos, gestão e coordenação sobre os impactos de uma nova proposta, pois, o currículo, é amplamente discutido nas academias, congressos, secretarias e ministérios de governo, mas é no processo de recontextualização da política curricular nas escolas que se enfrentam os maiores desafios. Tal fato ainda é agravado pela conjuntura de um país desigual e com realidades distintas, revelando a importância de um currículo multicultural e que valorize as diferenças.

Base Nacional Comum Curricular: desafios à organização escolar

Atualmente é observado um crescente debate e inúmeras discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sendo um documento que define um conjunto de normas em nível nacional, a BNCC proporciona uma carga de desafios complexos aos diversos entes federativos, municípios, gestores, professores e alunos.

A sociedade, mutável por intermédio dos mais diversos contextos históricos, reflete na educação e imprime nos currículos as suas necessidades, alterando, em diversos períodos, o desenvolvimento educacional. Portanto, é fundamental pensar e discutir a influência das reformas educacionais no sistema de ensino e na elaboração ou reestruturações curriculares.

Como pontuado, as reformas educacionais seguem a lógica do período histórico em que é concebida e, por isso, para pensar o currículo é necessário compreender e entender as “[...] práticas políticas e administrativas que se expressam em seu desenvolvimento [...]” (SACRISTÁN, 1998, p. 21). Além disso, é preciso entender o currículo como uma relação de poder, pois “[...] não há base comum onde possamos colocar um verdadeiro consenso ou um modelo neutro permanente [...]” (POPKEWITZ, 1997, p. 39). Lopes e Macedo (2011) destacam sobre a necessidade de pensar como o currículo propaga fundamentos ideológicos de grupos específicos. Já Sacristán (1998) nos alerta sobre a neutralidade, ou a falta dela, na elaboração curricular e como “[...] o currículo reflete o conflito entre interesses dentro de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos” (SACRISTÁN, 1998, p. 17).

Dourado e Siqueira (2019) nos conduzem a refletir sobre a problemática de como o Estado se tornou protagonista na condução da Base como uma política nacional e, assim, uma política normativa “[...] por constituir-se como instrumento ‘de cima pra baixo e de fora pra dentro’” (DOURADO; SIQUEIRA, 2019, p. 294). Assim, a implantação da BNCC nos faz pensar sobre as relações de poder exercidas nesse contexto.

Oliveira (2016) relata sobre a relação entre conhecimento, currículo e poder e, nesse sentido, podemos relacionar o currículo como um conjunto de conhecimentos e saberes que “[...] são produtos de discursos existentes e permitidos pelos segmentos sociais que os autorizam” (OLIVEIRA, 2016, p. 392). Assim, a partir das reflexões do filósofo francês Michel Foucault (2008) e os estudos pós-críticos do currículo, podemos compreendê-lo como uma construção discursiva imbricado nas microrrelações de saber e poder. Tais relações, podem ser percebidas nas unidades escolares quando influenciam, individual e coletivamente, a prática e a rotina escolar. Sacristán (1998), analisando o currículo e seus conceitos, faz o alerta para a multiplicidade de práticas curriculares que não se reduzem apenas à pedagógica, mas possui as ações de ordem política e administrativa.

Desse modo, é preciso discutir como o “[...] currículo é influenciado e construído pelos discursos dos segmentos da sociedade que consideram os conhecimentos que são incluídos no currículo e aqueles que são excluídos (OLIVEIRA, 2016, p. 392).

De outro lado, vale destacar que o currículo incorpora

[...] discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos que aconteçam com nossos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos discutir com eles e elas e sobre as identidades que pretendemos construir (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 20).

Tais discussões sobre currículo e relações de poder nos faz questionar o papel do Estado na formulação de Políticas Educacionais, na realização de reformas e elaboração de novos currículos. Assim, é importante analisar a implantação da BNCC no território nacional, considerando o Estado como protagonista nos processos de discussão e implementação da Base e, sobretudo, como os municípios tem reverberado essas alterações curriculares nas suas unidades escolares.

Dourado e Siqueira (2019) relatam sobre a aprovação conturbada da BNCC e o papel do Estado nesse processo. De acordo com os autores, a Base não teve uma aprovação unânime, não houve consenso e, por isso, “[...] apresenta vários questionamentos acerca de sua

legitimidade” (DOURADO; SIQUEIRA, 2019, p. 294). Entretanto, por se tratar de um instrumento normativo, aprovado e homologado, a BNCC reafirma a função do Estado como autor no processo de instalação de um currículo comum a todo território nacional.

A implantação de uma base comum curricular para todo o país gera questionamentos sobre a escolha de conhecimentos que, no sentido da BNCC, apresentam-se como uma base mínima de conteúdos que serão aplicados em todas as escolas e que todos os alunos terão acesso. Assim, o conhecimento e a educação, sendo universais e um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, são colocados como mínimos e como direito de aprendizagem, decorrente da Pedagogia das Competências (DOURADO; SIQUEIRA, 2019).

Pensar em tais questionamentos, de um currículo mínimo e baseado em competências, se contradiz com a discussão sobre a função humanizadora, política e social da escola, pois, sendo traduzida em mínima, a BNCC exclui as diferenças regionais e sociais presentes no país. Minhoto (2016), relatando sobre as políticas educacionais, avaliações no Brasil e, conseqüentemente, a influência na mudança do currículo, aborda também sobre essa função da escola e declara que as “[...] diferenças sociais que marcam os alunos brasileiros relativizam significativamente – se não, inviabilizam – a possibilidade de a escola cumprir seu papel de dar igual acesso a conhecimentos socialmente valorizados para toda a população estudantil” (MINHOTO, 2016, p. 82).

Segundo Moreira:

O currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens segundo os valores tidos como desejáveis (MOREIRA, 2012, p. 11).

Portanto, percebe-se então a importância da construção de um currículo que possa abranger todos os aspectos da vida dos sujeitos que estão direta e indiretamente envolvidos nele. Nesse sentido, o currículo ganha cada vez mais notoriedade no âmbito pedagógico e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) surgiram como um documento norteador do trabalho docente e da estruturação de um currículo completo. Os PCNs “[...] ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, buscam auxiliar o professor na sua tarefa de assumir, como profissional, o lugar que lhe cabe pela responsabilidade e importância no processo de formação do povo brasileiro” (BRASIL, 1997, p. 9).

Nos anos 2000, com o documento de Bases Legais para os Parâmetros Curriculares Nacionais do Novo Ensino Médio, o Estado atuou, e ainda atua, para cumprir o “[...] duplo

papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias” (BRASIL, 2000, p. 4). Em 2012, com a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, através da Resolução nº 2, publicada em 30 de janeiro de 2012, o currículo para a última etapa do ensino básico ganhou um novo capítulo que foi seguido pela aprovação do Plano Nacional da Educação em 2014. Esse fato foi fundamental para a aprovação e implantação da BNCC em todo território nacional. Sendo uma política nacional, um documento normativo, instituído e homologado, a Base altera toda uma relação e reflete, tanto na formação de professores, como na rotina escolar e na elaboração de avaliações em larga escala.

No estado da Bahia, por exemplo, o Documento Orientador de Implementação do Novo Ensino Médio tem por objetivo “tornar públicas as orientações básicas das mudanças que incidirão sobre a etapa do Ensino Médio, a partir de 2020” nas unidades de ensino (BAHIA, 2020, p. 3). Desse modo, a partir da adesão da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA) ao programa do Ministério da Educação (MEC) de Apoio ao Novo Ensino Médio, 565 escolas da Rede Estadual iniciam a implantação da nova modalidade, sendo denominadas escolas-pilotos, com financiamento do Governo Federal através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

O mesmo documento apresenta aos professores, coordenadores e gestores escolares fundamentos gerais que funcionam como alicerce para as propostas curriculares no estado. Entre eles, os Direitos Humanos como princípio norteador, o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e a sustentabilidade socioambiental como meta universal. Ainda abordando sobre a elaboração curricular, o documento expõe algumas premissas que irão nortear a construção textual da implantação do Novo Ensino Médio. A SEC/BA afirma em sua proposta sobre a falta de neutralidade na construção curricular, a função da escola em estimular o olhar crítico da sociedade nos alunos e as especificidades do território baiano, “[...] buscando orientar as escolas para a necessária universalização do acesso, estímulo à permanência e, conseqüentemente, do sucesso escolar dos estudantes” (BAHIA, 2020, p. 9).

Expondo sobre a arquitetura curricular, a SEC/BA afirma que a construção do documento seguiu o pressuposto de escuta aos diversos atores da educação baiana, como escolas e professores. A proposta afirma que “apesar da legislação federal estar organizada por competências e habilidades, não se pode perder de vista a necessidade de apropriação pelos nossos estudantes aos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade” (BAHIA, 2020, p. 9). A orientação, aplicada em duas partes distintas, reorganiza a estrutura curricular e programação de professores ao ponto que institui a parte obrigatória da BNCC, a base comum,

com as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia e História, por exemplo, e a parte flexível, estruturada em Itinerários Formativos com algumas disciplinas que serão criadas pelas escolas e professores.

Outro ponto focal e que merece atenção, discussão e debate é a proposta de matriz curricular apresentada pela SEC/BA para os três anos do Novo Ensino Médio. A BNCC proporciona um desafio às unidades escolares, pois a Base institui um aumento de carga horária para 1.000 horas anuais. Assim, com a redução de horas/aula de disciplinas da base comum, a criação de itinerários formativos e novas disciplinas do chamado núcleo comum da parte flexível (como Projeto de Vida e Cidadania, Produção e Interpretação Textual e Iniciação Científica) os professores, coordenadores, gestores e alunos enfrentam uma nova realidade que modifica a rotina escolar.

É importante destacar o papel do professor e sua formação nesse processo. O Documento Orientador de Implementação do Novo Ensino Médio na Bahia reconhece a função do profissional como “[...] ator no processo educativo, mediador dos conhecimentos que contribui para a formação de uma sociedade pensante” (BAHIA, 2020, p. 7). Além disso, a proposta considera como fundamental que esse docente “seja formado para ter a compreensão da sua responsabilidade pois é ele quem que planeja as práticas e escolhe as metodologias a partir de uma intencionalidade pedagógica [...]” (*Ibidem*).

Nessa lógica, a SEC/BA propõe que os professores sejam programados no Sistema de Gestão Escolar conforme sua formação inicial e possibilita, por exemplo, que os docentes de qualquer área do conhecimento lecionem a disciplina de Iniciação Científica, uma vez que a Secretaria entende “[...] que a pesquisa científica é componente integrantes dos cursos de licenciatura [...]” (BAHIA, 2020, p. 15). Para além dessa problemática, o Novo Ensino Médio atua, de certa forma, como um instrumento de responsabilização para os professores com a instituição das chamadas Unidades Curriculares Eletivas, que são criadas pelos próprios docentes. A SEC/BA destaca sobre a criação dessas Eletivas e informa que elas precisam ser bem planejadas, fundamentadas na “[...] realidade local, de acordo com os anseios e necessidades dos estudantes” (*Ibidem*, p. 18).

Portanto, a BNCC apresenta essa nova realidade e, como exposto, novos desafios aos protagonistas da educação. A Base, para “[...] além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais [...]” (BRASIL, 2017, p. 5). Desse modo, é fundamental discutir e questionar sobre os impactos do novo currículo nas unidades escolares, visto que toda

a rotina, do dia-a-dia escolar até processos pedagógicos como metodologias e avaliações, serão influenciadas com uma nova proposta.

A implantação de uma base curricular comum vai além desses questionamentos, pois, com diversas realidades e o Estado atuando como protagonista na criação de um currículo único e mínimo para todas as redes de ensino, tal problemática se esbarra no discurso de combate à desigualdade social/educacional propagado em defesa da BNCC, o que torna a Base ineficiente e contraditória no princípio da proporcionar a igualdade educacional (DOURADO; SIQUEIRA, 2019).

Percursos Metodológicos

A pesquisa encontra-se em andamento e sua abordagem é de natureza qualitativa, pois ela permite a triangulação de “[...] de estratégias que se concentram na coleta, na análise e na comunicação de dados” (CRESWELL, 2007, p. 187). Segundo Bogdan e Biklen (1990), a pesquisa qualitativa possui como características: i) o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; ii) os dados coletados são predominantemente descritivos; iii) a preocupação com o processo é muito maior que com o produto; iv) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador e; v) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

A estratégia para construção dos dados se dará através do estudo de caso que “[...] contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” (YIN, 2001, p. 21). Para Ludke e André (1986), no estudo de caso, “o interesse, portanto, reside naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações” (p. 17).

O estudo será realizado em um Colégio Estadual de Ensino Médio, localizado no município de Teolândia, Bahia, e utilizaremos como estratégias questionários, entrevistas para o levantamento de dados e coleta de informações junto a docentes e gestores da escola, bem como a análise dos documentos sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular do Novo Ensino Médio, o Documento Orientador de Implementação do Novo Ensino Médio no estado da Bahia e o Projeto Pedagógico da Escola.

Considerações Finais

Diante do exposto, torna-se evidente a atuação do Estado como protagonista nos processos de regulação da educação e, especificamente do currículo. Através da implementação de uma “nova Base”, que regulamenta e orienta os processos formativos no sistema educacional nos mais diversos níveis de ensino, nota-se a utilização do documento como forma de regulação discursiva apoiado nas relações de saber e poder.

No caso do ensino público baiano, com a implantação do Novo Ensino Médio antes mesmo da homologação de um currículo para a referida etapa do ensino revela uma problemática complexa para as unidades escolares. De outro lado, a falta de material didático específico e a ausência de formação continuada para professores, gestores e coordenadores pedagógicos apresenta-se como desafios complexos para organização e implantação do Novo Ensino Médio no estado da Bahia.

Referências

BAHIA. **Documento Orientador de Implementação do Novo Ensino Médio**. Secretaria de Educação do Estado da Bahia/SEC, 2020.

BOGDAN; Robert; BIKLEN, Sara. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil, 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: Ministério da Educação e Desporto, 1997.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BRASIL. **Parecer nº 05 de 04 de maio de 2011**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasil, 2011.

BRASIL. **Resolução nº 2 de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasil, 2012.

BRASIL. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Portaria nº 1.570, de 21 de dezembro de 2017**. Orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Brasil, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 13.415/2017**, de 13 de fevereiro de 2017. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/L13415.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 3, de 21 de novembro 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de nov. 2018a. Seção 1, p. 21. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp>>. Acesso em 29 de junho de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.401**, de 09 de abril de 2019. Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198615>.

Acesso em: 29 abr. 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da.; LOPES, Alice Cassimiro. Base Nacional Comum Curricular no Brasil: Regularidade na Dispersão. **Revista Investigación Cualitativa**, v. 2, n. 2, p. 23-35, 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes, SIQUEIRA, Romilson Martins. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **RBPAAE**, v. 35, n. 2, p. 291 - 306, mai./ago. 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/vol35n22019.95407/53884>>. Acesso em: 17 out. 2020.

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019.

LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Elizabeth Fernandes De. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./mai. 2019.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de Avaliação da Educação Brasileira: limites e perspectivas. In: **Jornal de Políticas educacionais** v.10, n. 19, p. 77–90, jan./jun. 2016.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: **Indagações sobre o currículo do Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas: Papyrus, 2012.

OLIVEIRA, Jane Cordeiro Conhecimento, currículo e poder: um diálogo com Michel Foucault. **Espaço Pedagógico**, v. 23, n. 2, Passo Fundo, p. 390-405, jul./dez. 2016| Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rep. Acesso em: 07 out. 2020.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional: por uma leitura sociológica - Poder e conhecimento em Educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

REIS, Martha. Efeito das reformas educacionais na formação e atuação de professores da área de ciências humanas. **Espaço Currículo**, v. 15, n. 1, p. 278-286, 2012.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SOBRE OS AUTORES

Ítalo Costa Vaz Santana

Mestrando em Educação (PPGED) da UESB. Licenciado em Geografia (UESB). Professor de Geografia da rede estadual de ensino da Bahia no município de Teolândia. E-mail: italo_cvs@yahoo.com.br

Reginaldo Santos Pereira

Doutor em Educação (UFSCar). Professor Adjunto do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da UESB (PPGED). E-mail: reginaldousesb@gmail.com